



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

CAMILLA REGINA PINTO BARBOSA DA TRINDADE
JANAÍNA GOMES FERNANDES

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DOS
ALUNOS ADVINDOS DA EJA NO CURSO DE PEDAGOGIA
NA UFPB

JOÃO PESSOA
2013

CAMILLA REGINA PINTO BARBOSA DA TRINDADE
JANAÍNA GOMES FERNANDES

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE
ALUNOS ADVINDOS DA EJA NO CURSO DE PEDAGOGIA
NA UFPB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Pedagogia do
Centro de Educação, para obtenção do título
de Licenciatura em Pedagogia pela
Universidade Federal da Paraíba com
habilitação em Educação de Jovens e
Adultos. Orientadora: Prof^a. Dr.^a Edineide
Jezine Mesquita Araújo.

JOÃO PESSOA

2013

CAMILLA REGINA PINTO BARBOSA DA TRINDADE
JANAÍNA GOMES FERNANDES

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE
ALUNOS ADVINDOS DA EJA NO CURSO DE PEDAGOGIA
NA UFPB

Monografia apresentada como pré-requisito
para obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia pela Universidade Federal da
Paraíba, submetida à aprovação da banca
examinadora composta pelos seguintes
membros:

Prof^a. Dr.^a Edineide Jezine - Orientadora

Prof^a. Ms.^a Laura Maria Brito – Professora da disciplina

Prof^a. Dr.^a Uyguaciara Veloso Castelo Branco - Avaliadora

T832d Trindade, Camilla Regina Pinto Barbosa da.

Democratização do acesso e permanência de alunos advindos da EJA no curso de Pedagogia na UFPB / Camilla Regina Pinto Barbosa da Trindade, Janaína Gomes Fernandes. – João Pessoa: UFPB, 2013.

58f.

Orientador: Edineide Jezine Mesquita Araújo

Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Democratização do acesso. 2. Permanência no curso. 3. Educação de jovens e adultos. I. Fernandes, Janaína Gomes. II. Título.

Dedico a Deus, aos meus pais
(Conceição e Antônio), à minha
avó Juliêta (*in memoriam*), e a
minha irmã Carolina.
(C.R.P.B.T.)

Dedico a Deus, aos amores da
minha vida (Josilene e Marcos), à
minha irmã Janielly e ao meu
namorado Janderson.
(J. G. F.)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por estar comigo em todos os momentos da minha vida e por me presentear grandemente, colocando em meu caminho a Prof.^a Edineide Jezine que tanto contribui para minha formação profissional, possibilitando-me vivenciar grandes experiências acadêmicas, as quais irei levar, sem dúvida, por toda vida. Grata por sua dedicação a mim, pela paciência, pelos conselhos, pela orientação e pelo apoio em todas as minhas produções, principalmente na construção desse trabalho que fecha um ciclo para dar início a outros. Agradeço pelas oportunidades, inclusive por intermediar novos relacionamentos com pessoas incríveis que hoje fazem parte da minha vida e compõem a família NEPES. Para mim você é um exemplo de profissional, de mãe e, sobretudo, de amiga. À professora Uyguaciara que se prontificou em todos os momentos a me ajudar, sem medir esforços, me apoiando nos momentos em que mais precisei; grata pela sinceridade e torcida de sempre.

Aos meus pais que sempre me apoiaram em minhas decisões e me ajudaram nos momentos de dificuldades; agradeço a paciência da minha mãe e o seu amor incondicional. À minha família, representada por tios, tias, primos e primas, que mesmo distantes me apoiam e querem o meu bem. Aos meus irmãos, em especial, à Carol que muito contribuiu para o meu ingresso na universidade, ajudando-me em todos os sentidos, sendo sempre um exemplo de profissional competente e irmã presente. Pessoa mais que irmã, minha amiga. Ao meu cunhado Guilherme que fez parte desse trabalho, que me incentiva e apoia nos meus projetos e na vida.

Ao Valdir que, em tantos momentos, mesmo com a distância, se prontificou a me ajudar, incentiva e estima o meu sucesso. À Janaína, companheira nessa trajetória acadêmica e parceira de trabalho que dividiu comigo todas as agonias e alegrias que regam os nossos dias conquistando a vitória juntas. Às pessoas que me acompanharam durante todo percurso acadêmico. Grata demais por vocês fazerem parte da minha vida: Sawana Araújo e Elisabete Marçal. Por fim, a Kelly Deise que além de colega de turma, tornou-se uma amiga e hoje compartilhamos de uma convivência sadia e de uma amizade sólida, que desejo levar por toda à vida.

(C.R.P.B.T.)

Meus primeiros agradecimentos são para o autor da vida: Deus. Conhecendo o meu coração, Ele me deu todo o aparato necessário para a conclusão desta etapa na minha vida e me presenteou com uma orientadora que transcende os limites duros da academia. Edineide Jezine foi enviada por Deus para que eu encontrasse o caminho que tanto busquei: tornar-me uma pesquisadora e Ele, sabiamente, me fez conhecer não apenas uma orientadora, mas um ser humano que é um exemplo de mãe, mulher e amiga.

Outro presente super especial me foi apresentado nos primeiros dias como estudante da UFPB, e Deus me concedeu a graça de encontrá-la novamente. Refiro-me à Professora Uyguaciara que é a compreensão em pessoa e já enxugou algumas lágrimas nesse caminho árduo da academia. Além destas profissionais-amigas, ganhei um mega presente: a participação em um grupo que eu não consigo definir o tamanho de sua importância no meu aprendizado e a experiência partilhada é o que me impulsiona a prosseguir. Agradeço a todos que pertencem ao GEPESS.

Agradeço de forma infinita àqueles que aceitaram a missão de Deus para cuidar de mim: Dona Lena e Seu Marcos. Toda esta vitória, tudo o que eu sou e me tornei, eu devo a vocês e não é exagero quando digo que tenho os melhores pais do mundo, porque além de pais, amores, amigos, vocês são o motivo de toda a minha caminhada. Nielly, também sou grata a você pelo companheirismo, pelas encrencas e pelo amor que sinto por ti. Amo vocês! Minha família linda!

Ao Janderson, que muito sabiamente me ensinou a calar quando necessário, enxugou minhas lágrimas, ouviu sem reclamar as minhas lamentações nestes quatro anos. Amor, obrigada pela compreensão nos dias de trabalhos, nas caronas e pelos carinhos nas horas de angústia. Estaremos sempre juntos!

À Camilla, parceria que apareceu em minha vida timidamente, mas que Deus vem mostrando que a nossa história ainda terá muitas páginas juntas. Muito obrigada por tudo e mais sucesso para nós!

À Karla, a orientadora-graduanda mais fantástica que já conheci. Obrigada pela torcida e pelos cafés-da-manhã juntas.

Ao “paredão”, amigas que compartilharam alegrias, tristezas e que chegam juntas a essa etapa de nossa vida. Permaneceremos juntas e venceremos juntas!

Enfim, a todos que torcem por mim e se alegram com as minhas conquistas.

(J. G. F.)

*A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda
pensou sobre aquilo que todo mundo vê.*

Arthur Schopenhauer

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão analítica acerca do ingresso na Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), dos sujeitos que advieram da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Objetiva conhecer o perfil desses sujeitos e compreender as trajetórias históricas desses indivíduos que possuem histórico de exclusão. Em vista desses objetivos, é pertinente analisar as políticas de expansão e acesso dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) e compreender quais as suas atribuições na formatação da sociedade e do sistema educacional. Ao analisar as políticas nacionais de democratização do acesso e as ações que favorecem a expansão da Educação Superior, propõem-se uma reflexão a respeito dessas ações na UFPB, na perspectiva de compreender como vem acontecendo as mudanças no âmbito do acesso de sujeitos que rompem com a barreira da exclusão imposta no contexto da sociedade capitalista. O trabalho, então propõe uma investigação a respeito dessas políticas implantadas na UFPB, contribuindo para que os sujeitos em estudo possam concluir o curso sem que haja abandono. Diante disso, a realização de um questionário respondido por esses sujeitos, os quais foram encontrados nas salas de aulas de todos os períodos e turnos do curso de Pedagogia, esclarece as motivações que os impulsionaram ao ingresso na Educação Superior, as intervenções familiares atuantes nessas escolhas, e as dificuldades enfrentadas pelos mesmos, antes e depois do ingresso, identificando as intervenções da UFPB, na perspectiva de contribuir para a permanência e o sucesso desses sujeitos.

Palavras-chave: Democratização do acesso; Permanência; EJA; Pedagogia.

ABSTRACT

The present term paper proposes an analytical reflection about the admission in Higher Education, specifically at the Federal University of Paraíba (UFPB), for the persons who have stemmed from Adult and Youth Education (EJA). Thus, aims to reveal the profile of these persons and understand his historical paths due they have a history of exclusion. In view of these goals is pertinent to examine the expansion and access's Policies Government from Presidents Fernando Henrique Cardoso (FHC) and Luis Inácio Lula da Silva (LULA), and understand it role assignments in formatting of the society and the educational systems. To analyze national policies for admissional democratization and the actions that facilitate the expansion of Higher Education, we propose a reflection about these actions within the UFPB, in order to understand how the changes happening under the people accesses circumstances that breaks the barrier of exclusion imposed by the capitalist society context. Then, this work proposes an investigation regarding these policies implemented in UFPB, contributing to the persons under study could finish the course without abandonment. Given this, the completion of a questionnaire answered by these persons, which were found in the classrooms of all periods and shifts of the course of pedagogy, clarifies the motivations that drove the entry into Higher Education, family-focused interventions in these choices, and the difficulties faced by them, before and after the admission, by identifying the UFPB interventions with a view to contributing to the permanence and the success of these persons.

Keywords: Democratization of Access; Permanence; EJA; Pedagogy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 Alguns aspectos históricos da Educação Superior no período Pós LDB (1996 – 2013).....	14
1.1 Políticas de acesso e permanência no Governo FHC (1995 – 2002)	16
1.2 Políticas de acesso e permanência no Governo Lula (2003 – 2010).....	18
2 A Educação Superior na UFPB no contexto das Políticas Nacionais	23
2.1 A UFPB e as políticas de democratização do acesso e permanência	25
2.2 Algumas reflexões sobre a UFPB e o cenário nacional à partir das políticas estabelecidas	28
3 Educação Superior Educação de Jovens e Adultos – EJA	32
3.1 Alunos da EJA no curso de Pedagogia da UFPB	39
3.2 Aspectos metodológicos da pesquisa e caracterização dos sujeitos advindos da EJA no curso de Pedagogia	41
3.3 Trajetórias históricas dos sujeitos advindos da EJA no curso de Pedagogia...	44
CONSIDERAÇÕES INTERINAS	50
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
APÊNDICE.....	56
Questionário	56

INTRODUÇÃO

Os estudos acerca da Educação Superior constituem-se como uma vasta área de investigação para os pesquisadores no cenário brasileiro e mundial, tendo em vista a importância deste nível de ensino no contexto de mudanças sociais e econômicas geradas pelo processo de globalização, compreendido como um fenômeno com dimensões econômicas, políticas e culturais que interferem nos processos educativos.

O projeto desta pesquisa emerge dos estudos iniciados com o Projeto de Iniciação Científica (PIBIC 2012/2013) financiado pelo CNPq, intitulado *“Inclusão, equidade social e acadêmica nas Políticas de Educação: o acesso à Educação Superior no contexto da globalização”*, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Edineide Jezine que compõem as atividades do *“Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade – GEPESS*, no qual tivemos a oportunidade de explorar a temática da Educação Superior no contexto de mudanças sociais, políticas e educacionais, ou especificamente das políticas de acesso e expansão da Educação Superior no período Pós – LDB (1996), marco de análise desta pesquisa.

A pesquisa que originou esse trabalho analisou os dados sócio-econômicos dos ingressantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mediante os questionários preenchidos no ato da inscrição para o vestibular. A partir destes dados foi possível reconhecer as condições sociais, econômicas e educacionais do público ingressante na UFPB no período de 2008 à 2012.

Através dos estudos realizados sobre a Educação Superior e a caracterização do perfil sócio-econômico traçado ao longo do processo de investigação é possível questionar: Os alunos que concluíram os estudos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) conseguem superar a barreira da exclusão social e educacional e ingressam na Educação Superior? No intento de responder a problemática da pesquisa, as análises circundam sobre outras questões pertinentes ao esclarecimento do problema de pesquisa: Existem alunos advindos da EJA que conseguem ter acesso a Educação Superior, em especial, no curso de Pedagogia da UFPB? Quais os elementos históricos e familiares que podem ter contribuído para as escolhas de ingressar na Educação Superior? Quais as motivações que influenciam a permanência desses alunos na UFPB? Quais as expectativas para o futuro após o ingresso na Educação Superior?

Para tanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar o perfil dos indivíduos advindos da EJA que ingressam no curso de Pedagogia da UFPB. Em específico objetiva-se compreender as trajetórias históricas e os aspectos que influenciam nas escolhas desses indivíduos, apresentando as possíveis motivações e dificuldades enfrentadas por esses, durante o seu processo educacional e no ingresso à Educação Superior. Para a coleta de dados que irá compor os elementos das trajetórias sociais e educacionais dos sujeitos da pesquisa, é aplicado um questionário aos sujeitos. Esses foram encontrados nos respectivos períodos e turnos do curso de Pedagogia. Nesse sentido, a pesquisa é do tipo quali-quantitativa que indica a análise e interpretação dos dados e de suas quantidades, propondo esclarecer a realidade em estudo.

Para compreender a temática da Educação Superior e buscar elementos para responder as questões da pesquisa, o trabalho apresenta-se a partir de capítulos. São eles: O primeiro capítulo: busca esclarecer os aspectos históricos da Educação Superior a partir dos marcos políticos do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Governo Luis Inácio Lula da Silva (Lula), enfatizando as políticas de democratização do acesso e permanência estabelecidas após a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996. Além disso, analisaremos os impactos destas mudanças nos anos finais dos dois mandatos de cada governo.

No segundo capítulo, apresentaremos o contexto histórico, social e educacional da Paraíba nos governos em estudo, bem como a análise das políticas que influenciaram a Educação Superior na Paraíba. A ênfase deste capítulo é dada à análise das mudanças ocorridas na UFPB, em consonância com as políticas nacionais, ajudando-nos a refletir sobre a democratização do acesso e permanência nesta instituição, principalmente para alunos com histórico de exclusão no ensino regular.

Por fim, o terceiro capítulo objetiva a apresentação dos dados dos questionários aplicados aos sujeitos e visa conhecer o perfil dos alunos advindos da EJA, que ingressam no curso de Pedagogia. Esclarece ainda as trajetórias históricas desses sujeitos que concluíram a escolarização na EJA e que ingressaram na universidade, rompendo a barreira imposta pelos parâmetros de uma sociedade pautada nas desigualdades sociais, mas que superaram os processos de exclusão,

como objetivou conhecer as dificuldades enfrentadas no processo de permanência na universidade durante o curso.

1 Alguns aspectos históricos da Educação Superior no período Pós LDB (1996 – 2013)

Com o objetivo de buscar elementos teóricos para responder a problemática de pesquisa, neste capítulo buscar-se-á analisar o percurso histórico sobre a Educação Superior a partir do Governo FHC e o Governo Lula, enfatizando a influência da reformulação da LDB nº 9.394/1996, no estabelecimento das políticas de expansão e acesso nos dois governos.

No Brasil, a década de 1990 pode ser considerada o marco da expansão da Educação Superior, o contexto histórico destas formulações são as políticas neoliberais¹, caracterizadas como um projeto de ajuste do capitalismo que passa a intervir na relação público/privado, e em especial, nas políticas educacionais inseridas no desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

As promessas da modernidade não proporcionam a construção de um sistema igualitário, como ensejavam os movimentos libertários, revolucionários ou mesmo democráticos do pós-guerra. A queda do muro de Berlim (1989) representou a dissolução do regime comunista e dos ideais revolucionários. A explosão da economia globalizada mundializou as estruturas do capital financeiro por meio de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e a UNESCO². Em meio aos conflitos entre as forças produtivas da sociedade e as relações de produção existentes no capitalismo, emerge o modelo neoliberal que questiona o *WelfareState* em sua estrutura, formação política e ideológica, com ressaltos para suas deficiências e ineficácias.

O projeto político neoliberal da economia exigiu reformas, tanto do Estado como das instituições sociais, dentre elas as educacionais. A reforma do estado brasileiro³, iniciada no Governo Collor (1990 – 1992), processa-se sob a referência do modelo econômico-político traçado no Consenso de Washington que definiu uma série de medidas pautadas na desregulamentação dos mercados; na abertura

¹Gentili (1996, p. 10) considera o neoliberalismo como um projeto hegemônico do capitalismo que se expressa como estratégias políticas, econômicas e jurídicas frente a crise capitalista que se manifesta nos anos 1970 e um projeto de reforma ideológica para a difusão de um novo senso comum que legitima as propostas de reforma do bloco dominante.

²Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

³O Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE) elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) coloca a educação dentro do que intitularam *serviços não-exclusivos* do Estado.

comercial e financeira; na privatização do setor público; na proclamação da superioridade do setor privado, e no ajuste fiscal que redefine as funções da esfera pública e privada. Tais medidas se traduzem na redução do tamanho do Estado a partir da eliminação dos direitos sociais e trabalhistas, outrora conquistados pelas organizações civis, sociais e políticas, a favor dos mercados livres e da economia globalizada.

O modelo de estado neoliberal exprime o ideário econômico e político do neoliberalismo expresso na abertura econômica ao mercado internacional, programas de privatização e estabilização da moeda, em que as ações do Governo coadunam para a consecução de privatizações e de retenção de investimentos para a área da educação, em especial a superior⁴.

Dois documentos foram indicadores para a constituição das atuais políticas para a Educação Superior: *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*⁵ (1995), que destaca as orientações para diversificação das fontes de financiamento, a vinculação das instituições de Educação Superior com as demandas do mercado, a relação com o sistema produtivo, a seletividade no acesso, a expansão do setor privado, o controle do mercado e a regulação e avaliação por parte do Estado, induzindo a mercantilização e privatização interna das instituições públicas brasileiras; e *La educación em los países em desarrollo: peligros y promesas*⁶(2000), que apresenta análise acerca dos seguintes temas: novas necessidades, demandas sociais, interesse público e diferenciação da Educação Superior; necessidade de melhorar a educação para a ciência e para a tecnologia; e ênfase nas melhorias dos currículos de educação geral, adaptando-os às demandas dos estudantes. Das proposições importa questionar: como estas se efetivam na execução das políticas públicas e quais as consequências para o processo de democratização da Educação Superior?

Destarte, os dois documentos apresentam objetivos diferenciados. Enquanto o primeiro apresenta a expansão a partir da privatização do espaço público e da

⁴O Estado se “minimiza” também para outras áreas, mas em face do objeto deste estudo, a análise se deterá na área da Educação.

⁵ Esse documento é resultado de um trabalho que analisa a crise que perpassa a Educação Superior nos países em desenvolvimento, como a África, América Latina e a Ásia, em que se avaliam as possibilidades de êxito das reformas educacionais.

⁶ Documento produzido pelo Grupo Especial sobre Educação Superior e Sociedade (*Task Force on Higher Education and Society*) convocado pelo Banco Mundial e Unesco em que diagnosticam as dificuldades e os problemas específicos à realidade educacional dos países.

mercantilização da Educação Superior, o segundo assume o discurso de que é necessário priorizar o ensino público de ensino como fundamento para o desenvolvimento econômico associado ao conhecimento, demandando para as universidades a responsabilidade de produção de conhecimento avançado e formação de indivíduos altamente capacitados. Segundo Borges (2010, p. 372), o Banco Mundial “propõe um sistema de Educação Superior híbrido, com objetivos institucionais diferenciados, que concilie metas de excelência e educação de massas”.

A situação de defasagem educacional mobiliza a sociedade civil e o Estado, na busca de alternativas às problemáticas educacionais. Nesse sentido, a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE - 2001-2010)⁷ vem nessa perspectiva de elevação global do nível de educação da população; melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; redução das desigualdades sociais e regionais; acesso, permanência na educação pública, e democratização da gestão do ensino público.

1.1 Políticas de acesso e permanência no Governo FHC (1995-2002)

Em consonância com os princípios apontados acima, o governo do presidente FHC, em 1995, estabelece uma política destinada à Educação Superior, no sentido de fazer ajustes às exigências internacionais. Tal período foi denominado por Cunha (2003, p. 39), como uma *“revolução administrativa’ cujo objetivo seria a administração mais racional dos recursos e a utilização da capacidade ociosa, visando a generalizar os cursos noturnos e aumentar as matrículas, sem despesas adicionais”*. As ações deste governo, no período pós-LDB, foi de incentivo à expansão de instituições de Educação Superior no setor privado, em que as universidades federais foram abandonadas, e se intensifica na privatização dessa modalidade de ensino a partir de instituições privadas, diminuindo as responsabilidades do Estado para com a Educação Superior pública.

As políticas públicas direcionadas para a Educação Superior, assim como todos os níveis e modalidades de ensino, encontram suporte na aprovação da LDB

⁷O PNE teve sua aprovação consumada mediante a Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (LEI nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 10 ago. 2012).

nº 9.394/96, que garante o processo de expansão e diversificação institucional, conforme indica o art. 45º, “a Educação Superior será ministrada por instituições de Educação Superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. E, no Decreto Lei nº 3.860, de 09 de julho de 2001, no art. 7º, estabelece a organização para as Instituições de Educação Superior (IES): Universidades; Centros Universitários e Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores. No art. 8º, em consonância com os artigos 52º, 53º e 54º da LDB define, também, que as atividades de ensino, pesquisa e extensão destinam-se às universidades, diferenciando-as das IES que se dedicam especialmente ao ensino e, eventualmente, à extensão. Jezine e Prestes (2011) analisam essa dualidade do sistema e demonstram que as universidades de excelência, em sua maioria pública, responsáveis pela pesquisa e produção do conhecimento serão destinadas a alguns poucos privilegiados, e uma vasta rede de Educação Superior privada, acrescida de algumas instituições de Educação Superior públicas, destinou-se para atendimento de outras demandas, em consonância ao modelo pragmático e mercantilista.

É destaque no governo FHC a introdução de medidas de reestruturação da Educação Superior, a exemplo das mudanças no Conselho Nacional de Educação (CNE) que deliberou as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, em 1995. Tais mudanças tiveram o objetivo de promover a diversificação, a diferenciação e a rápida aceleração da oferta de Educação Superior, expressa pelo crescimento significativo do setor privado. Outra medida processou-se com a Lei nº 10.260, de 07 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento do Estudante da Educação Superior (FIES) que, segundo o art. 1º, é destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria.

Anterior à reformulação da LDB, o ingresso às instituições de Educação Superior se dava mediante o vestibular. Com a reformulação, o termo “processo seletivo” “aparece como parte da estratégia de ampliar os mecanismos de acesso a esse nível de ensino” (OLIVEIRA et al; 2006, p. 8), sendo tal processo nomeado como “processo seletivo”, conforme o inciso II do art. 44º: “de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo” (BRASIL, 1996, p. 12). Contudo, é pertinente

questionarmos se a mudança da nomenclatura, de fato, surtiu algum efeito no estabelecimento das políticas e ações do governo para a concretização da democratização não somente do acesso, mas da permanência e da efetiva conclusão dos cursos pelos alunos nas instituições, especificamente no governo em que foi estabelecida a Lei.

Em 1998, outra forma de ingresso à Educação Superior foi criada pela Portaria Ministerial n.º 438, de 28 de maio de 1998. Trata-se do ingresso pelo “Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio da Lei n.º 9.448/97. O objetivo inicial era instituir um exame que avaliasse o estudante no final do ensino médio, para determinar como esse estudante concluía tal nível de ensino, e, com isso, elaborar propostas para políticas educacionais.

Grosso modo, podemos sintetizar que as políticas estabelecidas no período em tela para a Educação Superior, compreendem ações que priorizam o crescimento do setor privado, concordando com as políticas vigentes no cenário global. A diferenciação institucional que possibilitou a expansão do sistema se apóia nos processos avaliativos instituído com a Lei n.º. 9.113/95 que criou o Conselho Nacional de Educação e o Exame Nacional de Cursos – PROVÃO⁸, para constituir-se como apenas como avaliador das políticas instituídas para a Educação Superior. Para a execução destas políticas, o Estado torna-se gestor e avaliador, pois fixa os parâmetros da qualidade em um processo de articulação política, utilizando os resultados da avaliação para sanção ou premiação, sob a lógica da competitividade de mercado.

1.2 Políticas de acesso e permanência no Governo Lula (2003-2010)

Os anos que se seguem no país são marcados pelo mandato do presidente Lula (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), que assumiu a presidência por dois mandatos consecutivos⁹. As principais ações deste governo para a Educação

⁸ Atualmente, o PROVÃO mudou a nomenclatura para O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

⁹ No governo FHC também ocorreram dois mandatos consecutivos.

Superior compreendem políticas educacionais voltadas para a expansão e democratização do acesso, tanto no setor público quanto no setor privado, visando à democratização da Educação Superior, por meio de políticas de ação afirmativa que se consolidaram ao longo de seu mandato.

Durante o governo Lula, algumas ações para o acesso das camadas menos favorecidas da população à Educação Superior podem ser observadas. Um exemplo encontra-se na regulamentação das Políticas de Ação Afirmativas, iniciadas com o Projeto de Lei n.º 3.627/04, mas que foi sancionada apenas em 2012¹⁰, que instituía em seu Art. 1º,

As instituições federais de Educação Superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos (um salário mínimo e meio) per capita. (BRASIL, 2012).

Em 2005, o governo criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI), e “tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de Educação Superior”. O ENEM, por sua vez, passou a ser usado como forma de ingresso no PROUNI, de modo que o sistema utiliza a nota obtida pelos estudantes no exame para classificá-los em ordem decrescente, com bolsas de estudos para cursos em instituições particulares.

Até esse período histórico, as políticas públicas de atendimento as demandas sociais geradas pela falta de acesso à Educação Superior e necessidades de qualificação rápida para o mercado, têm adotado dois caminhos: a) a expansão das instituições privadas via liberalização dos serviços educacionais, isenção tributária e previdenciária das instituições filantrópicas, do salário educação e bolsa de estudo para alunos carentes através do FIES; empréstimos a juros baixos pelo Banco de Desenvolvimento Econômico-Social (BNDES) e o PROUNI; b) privatização das instituições públicas por meios de mecanismos privatistas como as fundações de direito privado, cobranças de taxas e mensalidades dos cursos de

¹⁰ Neste ano o Brasil é presidido, desde 2011, por Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como o ex-presidente Lula.

pós-graduação, corte de verbas para a infraestrutura, e cobranças pelas prestações de serviços, dentre outros.

No contexto dos programas de expansão, merecem destaque o Programa Expandir (2003 - 2006) e o REUNI (2007). O Programa Expandir (2003 - 2006) denominado “Expansão com Interiorização” objetivava incentivar a expansão da Educação Superior por meio da criação de novas universidades, e criação e/ou fortalecimento de campi no interior dos estados brasileiros. A ampliação do acesso por meio das políticas citadas suscitou a necessidade de expansão das instituições federais. Nesse contexto, criou-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, criando condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior. Todavia, as análises apontadas por Chaves e Mendes (2009, p.19) indicam processos contraditórios em sua implementação.

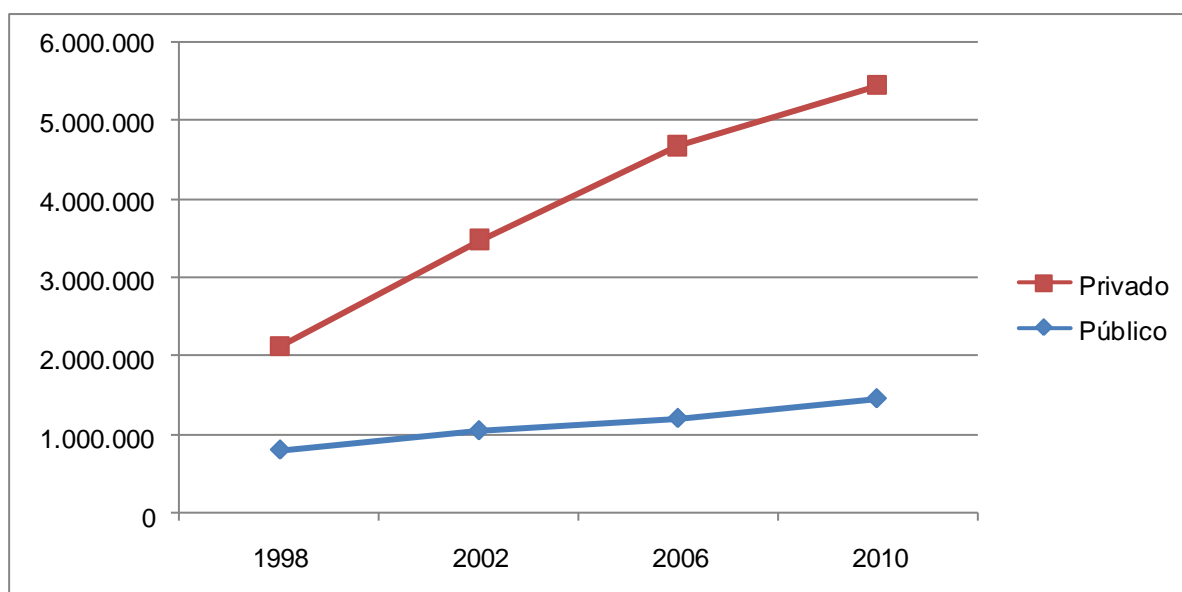
[...] a) aumento substancial de número de alunos, nas salas de aula, sem que haja garantia de estrutura física, recursos humanos e financeiros suficientes para atender, com qualidade, essa expansão; b) aprofundamento da dualidade institucional, em razão da qual algumas IFES serão consideradas “de excelência” (com programas de pós-graduação consolidados) e a maioria se concentrará nas atividades de ensino de graduação; c) mudança substancial na organização dos cursos de graduação presenciais dessas instituições, cuja consequência imediata será a queda na qualidade do ensino; d) intensificação e precarização do trabalho docente pelo aumento da relação aluno-professor, na sala de aula, e pela introdução de novas formas de contratação, como o já mencionado “docente-aluno flutuante”.

Outra mudança é estabelecida pelo Ministério da Educação, em 8 de abril de 2009, sobre o ENEM. O MEC apresentou o “Termo de Referência – Novo ENEM e Sistema de Seleção Unificada”, que modificou o formato do ENEM, passando a ser denominado “Novo ENEM”. A proposta tem como principais objetivos “democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de Educação Superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio”. Já Sistema de Seleção Unificado (SiSU), seria a forma de ingresso à Educação Superior, em que “a seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no ENEM. No *site*, os candidatos podem consultar as vagas disponíveis, pesquisando as instituições e os seus respectivos cursos participantes”. O primeiro ingresso à Educação Superior via SiSU foi realizado no ano de 2010. Inicialmente, a

distribuição das vagas nas universidades ocorreria de forma gradativa sendo dividida parcialmente entre os anos de 2011 a 2015, quando se tornará a única forma de acesso às IES. Essa distribuição fica a cargo de cada IES.

Das orientações fundamentais que marcaram a política do governo FHC e que tiveram continuidade no Governo Lula (CHAVES, 2010; OTRANTO, 2006; CARVALHO, 2011), é possível inferir que o modelo democrático do país, a mobilização social e a própria avaliação do sistema público não permitiu a privatização do Sistema Federal de Educação Superior, embora também, não tenha conseguido frear a expansão do setor privado. Para conferir tal inferência, nos reportamos aos dados da expansão das matrículas no Brasil, segundo as categorias administrativas público e privada nos interstícios de 1998, 2002, 2006 e 2010 que representam os anos finais de cada mandato dos governos em estudo.

Gráfico 01 – Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais nos interstícios de 1998, 2002, 2006 e 2010 no Brasil, segundo a Dependência Administrativa.



Fonte: MEC/INEP/DEED

Em 2010, o crescimento da rede privada continua, atingindo 74,2% das matrículas, enquanto nas IES públicas detém 25,8 %. Para tanto, contribuiu a parceria público-privado, em que o PROUNI pode ser considerado o principal programa de oferta de vagas no setor privado, bem como as políticas de

financiamento estabelecidas nesse período. As matrículas no setor público demonstram crescimento em 2010 se compararmos ao ano 1998, em que podemos atribuir este dado às políticas de expansão do acesso nas instituições de Educação Superior.

Atualmente, estamos vivendo o governo presidido por Dilma Rousseff, também do PT, iniciado em 2011, que tem demonstrado continuidade nas ações do Governo Lula, em que se destaca como principal ação no âmbito educacional o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)¹¹, criado em 2011, que incentiva o ensino técnico e a qualificação da mão de obra através da concessão de bolsas de estudo e auxílio financeiro aos estudantes. Ainda sobre o acesso ao ensino técnico, o Governo Federal, criou em 2013 o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec)¹², no qual instituições públicas e privadas de Educação Superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos, na forma subsequente para candidatos participantes do ENEM.

Os dados históricos apresentados neste capítulo nos permitiram compreender os aspectos principais das políticas para a democratização do acesso e permanência dos alunos na Educação Superior nos Governos FHC e Lula, tanto no setor público quanto no setor privado. Tal percurso se caracteriza como fundamental para a compreensão da influência destes marcos políticos na UFPB, instituição na qual se inserem os sujeitos de nossa pesquisa.

¹¹ Instituído pela Lei nº 12.513, de 2011 e disponível através do site <http://pronatec.mec.gov.br/>

¹² Instituído pela Portaria Nº 671, de 31 de julho de 2013 e disponível através do site <<http://sisutec.mec.gov.br/sisutec>>

2 A Educação Superior na UFPB no contexto das Políticas Nacionais

Antes de verificarmos como as políticas nacionais adentram na UFPB, é importante fazer um panorama do contexto em que se situa a instituição. A UFPB foi criada em 1960 e integra a rede de universidades federais do país. A instituição possui cinco campi situados nas cidades de João Pessoa (campus I); Areia (campus II); Bananeiras (campus III), Litoral Norte (campus IV) e Lynaldo Cavalcanti (campus V). Atualmente a UFPB tem 15 Centros e oferta aproximadamente 130 cursos de graduação presenciais e 07 à distância¹³.

A UFPB está situada no estado da Paraíba, que de acordo com o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), tem uma área de 56.469 km², dividida em 223 municípios; com uma população total de 3.766.528 habitantes e densidade demográfica (hab/km²) de 66,7, em que a população residente urbana é de 75%. A Paraíba¹⁴ é um dos estados mais pobres da região Nordeste do Brasil, concentrando um dos maiores índices de miséria do país, com Índice de Desenvolvimento Humano – (IDH)¹⁵ 0,718. Distanciando-se dos cinco estados com maiores IDH no Brasil que são, respectivamente, Distrito Federal (0,874); Santa Catarina (0,840); São Paulo (0,833); Rio de Janeiro (0,832) e Rio Grande do Sul (0,832), únicos que se situam na faixa de alto desenvolvimento humano. A Paraíba, neste quadro fica a frente apenas do Piauí (0,703); Maranhão (0,683) e Alagoas (0,677). Possui como Produto Interno Bruto (PIB) R\$ 28,7 bilhões (2009) e a renda média é R\$ 412,00 (2010), tendo como principais atividades econômicas: agricultura, pecuária, serviços e turismo.

A média de anos de estudos de pessoas de 25 anos ou mais revela as diferenças regionais: a média nacional é 7,1, ao passo que a nordestina é 5,8 e a paraibana 5,6. No quinto inferior de rendimento, a média nacional é 4,5, a nordestina 3,6% e a paraibana 3,5%; no quinto superior, a média nacional é 10,4, a nordestina e paraibana ficam em 9 anos (IBGE, 2010). No ano de 2010, o IBGE registra no Brasil a taxa de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos de idade em 9,6% e entre as pessoas de 10 a 14 anos de idade, a taxa é de 3,9%. Todavia, o nível de escolaridade da população do Nordeste é menor que a média nacional, com

¹³ Dados obtidos no site da instituição.

¹⁴ Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb>. Acessado em: 14 jul. 2013.

¹⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local.

índice de 9,6% entre a população de mais de 15 anos, e de 3,9% na população entre 10 a 14 anos. Na Paraíba, a situação confirma sua classificação no IDH, pois o índice de analfabetismo é de 21,9% no grupo de pessoas com mais de 15 anos e de 6,4% entre pessoas com 10 a 14 anos de idade. A taxa bruta de escolarização bruta¹⁶ do ensino médio chega a 74,7% e a líquida é de 37,7%, significando que o público em idade de ingresso à Educação Superior não tem alcançado a aprovação e/ou formação necessária para seguir com a escolarização ao nível superior, pois a escolaridade média em anos de estudos (pessoas de 25 ou mais) é de 5,6%, o que indica uma defasagem no processo de escolarização da população paraibana. Bourdieu (2002, p.11) nos ajuda a esclarecer essa situação quando aborda a relação classe social e sistema de ensino ao dizer que:

O futuro de classes é determinado pela relação entre o patrimônio (considerado em seu volume e composição) e os sistemas dos instrumentos de reprodução. Nesse sentido, os detentores de capital não podem manter sua posição na estrutura social (ou na de um dado campo, como, por exemplo, o artístico e o jurídico) senão ao preço de reconversões das espécies de capital que detêm, em outras espécies mais rentáveis e/ou mais legítimas no estado considerado dos instrumentos de reprodução.

Com efeito, a tendência do crescimento da demanda continua na década de 2000 que traz consigo alguns impasses, sobretudo, no campo educacional. O censo do IBGE realizado em 2000 demonstra que, na Paraíba, a taxa de analfabetismo era de 29,7% de sua população total, e no grupo de idade de pessoas com 15 a 24 anos, essa taxa representava 14,7%. Já a taxa de escolaridade líquida (%) dos alunos matriculados no ensino médio no Brasil era de 34,4%, enquanto que na Paraíba esta taxa era de 17,3%. Estes dados evidenciam que a criação de políticas para reverter tal situação tornava-se uma emergência, mesmo o Brasil tendo avançado na proposição de leis que atentassem para a necessidade de escolarização da população na década de 1990, a exemplo da garantia do direito à educação com a reformulação da LDB em 1996.

2.1 A UFPB e as políticas de democratização do acesso e permanência

¹⁶ A taxa de escolarização é percentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário), podendo ser líquida ou bruta.

A UFPB não foge à regra do cenário nacional, marcada pelas políticas educacionais para a Educação Superior que acarretam mudanças em sua organização acadêmica e em termos estruturais. Em se tratando de acesso em consonância com a LDB, a UFPB adotou o Processo Seletivo Seriado (PSS)¹⁷ como forma de seleção, desde 1999, para ingresso em seus cursos de graduação, exceto para os cursos de Bacharelado em Música, Licenciatura em Música, Teatro e Artes Visuais e Tradução, cujos ingressos são regidos por legislação específica. A Comissão Permanente do Concurso Vestibular (COPERVE), desde então era o órgão responsável pela sua execução, em todas as fases.

Na década de 2000, ocorreu uma mudança estrutural na UFPB, através da Lei nº. 10.419 de 9 de abril de 2002¹⁸, que desmembrou quatro dos sete campi, criando assim a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)¹⁹, ficando a UFPB com os Campus I na cidade de João Pessoa, Campus II na cidade de Areia, Campus III na cidade de Bananeiras. O desmembramento resultou no *déficit* do quadro de funcionários, professores, alunos e no número de vagas, centros e cursos. Com esses desafios a serem enfrentados podemos questionar: quais as providências a serem tomadas para que estas perdas não signifiquem a diminuição da instituição? Que ações podem ser tomadas na tentativa de expandir a UFPB, na oferta de vagas para a demanda contida?

A crescente busca pela Educação Superior nas regiões da Paraíba impulsiona a expansão da UFPB, em que pese as interferências das políticas neoliberais que colocam em risco o desenvolvimento das instituições públicas, como esclarece Souza Júnior (2011) ao dizer que

[...] com relação as universidades federais, promoveu-se um profundo contingenciamento de suas verbas tanto para custeio quanto para pessoal, tendo como consequência o sucateamento da infraestrutura e a desvalorização e precarização do trabalho docente.

Todavia, por ação do Governo Federal é dado início ao processo de investimento e expansão da Educação Superior público nas universidades federais,

¹⁷ O Processo Seletivo Seriado está regulamentado pelas Resoluções Nº 027/2009, com as modificações introduzidas pelas de Nº 055/2009, Nº 09/2010, Nº 044/2010 e Nº 046/2010, Nº 098/2011 e Nº 25/2012, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

¹⁸ **LEI Federal nº 10.419**, 09 de abril de 2002. Paraíba, 2002.

¹⁹ A UFCG ficou com os campi de Campina Grande, Patos, Souza e Cajazeiras.

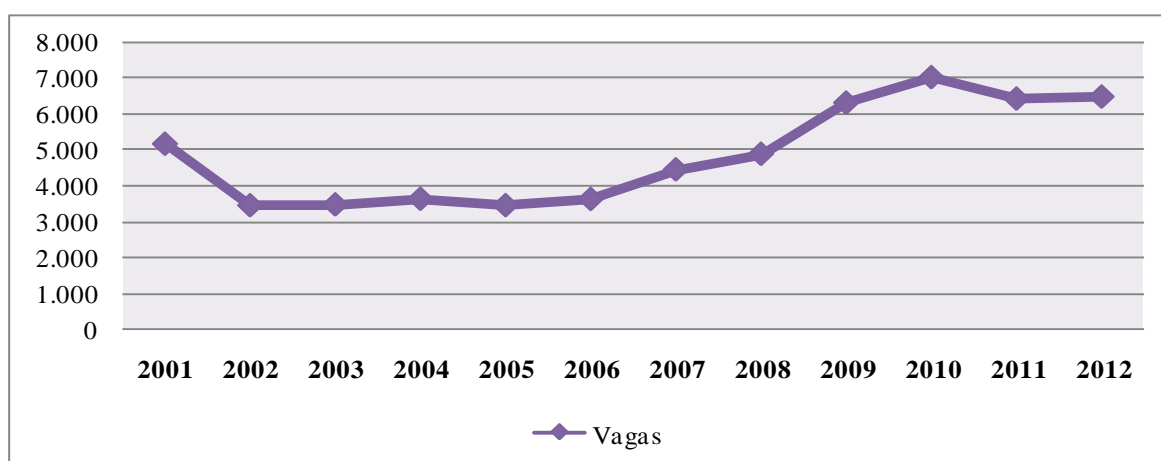
sendo um destes, o Programa Expandir (2003 – 2006). Nesse conjunto, a UFPB cria o Campus IV - Litoral Norte, funcionando nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto.

A UFPB aderiu ao Programa e projetou a construção do *campus* do Litoral Norte, nos municípios de Rio Tinto e Mamanguape, distantes cerca de 50 quilômetros de João Pessoa. O campus terá a sua atuação voltada para os municípios das microrregiões Litoral Norte e Sapé e outros vizinhos a estas, perfazendo um total de 22 municípios. O projeto original previu a implantação de 12 cursos de graduação com oferta de cerca de 900 vagas no processo seletivo devendo atender, em 2012, 4.000 alunos. Para dar conta da expansão foram alocados 190 docentes e 59 servidores técnico-administrativos. (SOUZA JUNIOR, 2011, p. 04)

A necessidade de expansão e atendimento às demandas contidas do acesso às instituições federais de Educação Superior fundamenta o início da segunda fase do processo de expansão, o REUNI, que, como programa de apoio as instituições federais, caracterizou-se como urgente no suprimento da demanda à Educação Superior em todo o país. Na UFPB, o programa é regulamentado pela Resolução nº 27/2007 do CONSUNI/UFPB, em 12 de novembro de 2007.

Na UFPB, as políticas consolidadas no período em tela possibilitaram um crescimento considerável nas oportunidades de acesso e refletem as mudanças que ocorreram e as transformações sociais, políticas e educacionais apresentadas anteriormente nesse trabalho. A diminuição de vagas, no ano 2002, por exemplo, evidencia a redução dos campi da UFPB com a criação da UFCG, e o crescimento das vagas no período de 2007 a 2010 é explicado pela adesão ao REUNI, como nos permite visualizar o Gráfico 02, acerca da oferta de vagas na UFPB no período de 2001 a 2012.

Gráfico 02 – Números de vagas ofertadas na UFPB no período de 2001 a 2012.



Fontes: MEC/INEP/DEED e Coordenação Reuni/UFPB. João Pessoa: UFPB, 2012.

Com efeito, a expansão educacional, a partir da ampliação de vagas mesmo sendo considerada expressiva, não é suficiente para atender o número de alunos ausentes da Educação Superior, cuja inclusão se faz a um ritmo demasiadamente inferior às necessidades da sua demanda real e necessita de ações que possam garantir a permanência e conclusão do curso. Por essa razão, o Reuni prevê o aumento da taxa média de conclusão da graduação em 90% para os cursos presenciais até 2012. A redução das vagas nos anos de 2010 a 2012 é observada a partir da inserção do SiSU como forma de ingresso à UFPB, diminuindo as vagas ofertadas pelo PSS, até a sua completa substituição pelo SiSU.

Com a criação do SiSU, através da Resolução nº 44/2010, ocorre na UFPB uma “[...] substituição gradual dos Processos Seletivos para ingresso nos cursos presenciais de graduação da Universidade Federal da Paraíba pelo Sistema de Seleção Unificada - SiSU, gerido pelo MEC [...]”, com a destinação de 10% das vagas em 2011; 20% em 2012; e prevista de 40% em 2013; 50% em 2014; e 100% em 2015, quando ocorreria a extinção do PSS, realizado e aplicado pela UFPB. Entretanto, a extinção do PSS na UFPB ocorreu mais cedo, todas as vagas foram destinadas, já em 2013, pelo SiSU.

Ainda no ano de 2011, ocorre na UFPB a implantação da Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV), criada através da Resolução CONSEPE nº 09/2010. Com a MIRV, as vagas do PSS e as vagas destinadas ao SiSU passam a reservar um percentual ao preenchimento pelo sistema de reserva de vagas para alunos da rede pública, pretos e pardos e deficientes. A implantação da MIRV foi iniciada nos Processos Seletivos de 2011, reservando 25% de suas vagas, mas com a implantação da Lei nº 12.711/2012 esse percentual foi fixado em 50% para todo o território nacional, a partir dos processos seletivos para as vagas de 2013 (CASTELO BRANCO, NAKAMURA, JEZINE, 2013, p. 4).

No âmbito das políticas de permanência na UFPB, destacamos a Portaria 02/2012, que “dispõe sobre a Regulamentação do Programa de Benefícios da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – Prape – composta pelo conjunto de definições, critérios de concessão e manutenção dos benefícios”. O Programa de Benefícios “é o conjunto de ações estabelecidas pela Política de Assistência Estudantil tratada no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, regulamentado pelo Decreto 7.234/2010”. Segundo o Art 2º, o Programa é composto por Restaurante Universitário; Moradia Estudantil; Atenção à Saúde; Auxílio

Transporte; Auxílio Creche; Inclusão Digital através do computador pessoal; Auxílio manutenção; Apoio aos estudantes com deficiência; Apoio à participação em eventos; Mobilidade Estudantil Nacional e Internacional. Ainda no art. 13 desta portaria, é estabelecido que a concessão dos benefícios dependerá de disponibilidade orçamentário-financeira da UFPB.

2.2 Algumas reflexões sobre a UFPB e o cenário nacional a partir das políticas estabelecidas

A UFPB, mesmo com as dificuldades impostas pelo contexto das políticas neoliberais e de reforma do estado brasileiro da década de 1990 no cenário nacional, busca desenvolver sua estrutura física, ampliar o número de cursos de pós-graduação e as atividades de pesquisas e extensão. As exigências advindas do mundo globalizado, como as inovações da comunicação e inserção das tecnologias, contribuíram para a necessidade de qualificação profissional, de modo que a demanda cresce e a sociedade da Paraíba não foge à regra de maiores necessidades de formação e qualificação superior, aumentando o número de inscrições para os processos seletivos, exigindo assim uma expansão urgente da Educação Superior, como expressa Castelo Branco e Nakamura²⁰ (2012, p. 4).

Tal expansão da Educação Superior no país pode encontrar justificativa na pressão exercida pelos setores médios e pelas camadas mais baixas da população por ascensão social, tendo como via a educação, atendendo à finalidade de consolidação do modelo capitalista industrial e as mudanças de ordem sócio-econômico-política decorrentes de suas necessidades.

Tal justificativa concorda com os dados apresentados na Tabela 01, quando comparamos dois cenários, o nacional e o local, nos quais podemos visualizar o reflexo das políticas até então estabelecidas com base nos dados do Censo da Educação Superior, nos interstícios do final de cada mandato dos Governos em estudo.

²⁰CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; NAKAMURA, Paulo. **Expansão do acesso à Educação Superior: inclusão ou exclusão ampliada.** 2012.

Tabela 01 – Evolução do número de vagas e candidatos nos cursos de graduação presenciais, no Brasil e na Paraíba, segundo a Dependência Administrativa nos anos 1998, 2002, 2006 e 2010.

ANO	BRASIL				PARAÍBA			
	VAGAS		CANDIDATOS		VAGAS		CANDIDATOS	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Governo FHC								
1998	205.725	570.306	1.591.283	1.266.733	6.766	1.883	42.660	1.792
2002	295.354	1.477.733	2.627.200	2.357.209	8.294	6.980	72.915	16.594
%	43,5%	159,1%	65%	86%	22,5%	270,6%	70,9%	826%
Governo Lula								
2006	331.105	2.298.493	2.350.184	2.831.515	9.612	14.980	71.039	21.900
2010	445.337	2.674.855	3.364.843	3.334.059	17.315	19.890	142.527	23.562
%	34,5%	103,3%	43,1%	17,7%	80,1%	32,7%	100,6%	7,5%
% de 98/2010	116,4%	369%	111,4%	163,2%	155,9%	956,2%	243%	1214,8%

Fonte: MEC/INEP/DEED

Em uma análise comparativa, percebemos que os dados da Paraíba apontam para um crescimento significativo na oferta de vagas em 2010, comparando a 1998, mas, diferente do Brasil, em que a oferta de vagas em todos os anos foi maior no setor privado, a Paraíba só se assemelha ao cenário nacional após o Governo FHC. Para tanto, nos reportamos a uma política estabelecida ainda no Governo FHC de financiamento estudantil, o FIES, que refletiu na mudança da oferta de vagas no governo seguinte. Quanto aos candidatos inscritos, percebemos que no Brasil e na Paraíba, o maior número concentra-se no setor público. Entretanto, apenas em 2006, no Brasil, esse dado se difere, mas em 2010 volta a se concentrar no setor público. Tal fato pode ser esclarecido a partir de duas políticas estabelecidas nos anos de 2005 e 2007. Em 2005, a criação do PROUNI oportunizou o ingresso através do ENEM, ofertando vagas no setor privado; com a criação do REUNI, em 2007, as instituições federais começaram a se expandir, possibilitando a oferta de mais vagas no setor público, atraindo, novamente um maior número de candidatos.

Outros dados nos permitem comparar as políticas de acesso e permanência no âmbito nacional que demanda processos de democratização de sujeitos em processo de exclusão, na Paraíba e na UFPB. Esses dados correspondem a oferta de vagas e candidatos inscritos nos processos seletivos do Estado e, particularmente, da UFPB. Tais dados são expressos através dos anos 2002 e 2010 que são os anos finais dos governos em estudo, explicitados na Tabela 02.

Tabela 02 – Tabela comparativa da oferta de vagas e número de candidatos na Paraíba e na UFPB nos anos 2002 e 2010.

ANO	PARAÍBA		UFPB	
	VAGAS	CANDIDATOS	VAGAS	CANDIDATOS
2002	15.274	89.509	3.434	29.161
2010	37.205	166.089	7.025	33.362
2002/2010 (%)	143,6%	85,5%	104,5%	14,4%

Fonte: MEC/INEP/DEED

Talvez os dados nos ajudem a perceber por que o Estado ainda possui maior concentração da procura no setor público, fato que se apóia na situação de defasagem social e educacional expostas anteriormente nos dados do Censo do IBGE em 2010. Tal situação nos leva a considerar que boa parte da população não tenha condições de acesso e permanência nessa modalidade de ensino, demonstrando que o público jovem e adulto está buscando oportunidades de ingresso na Educação Superior, mas ingressam fora da faixa etária de 18 a 24 anos, indicada pelo MEC.

3 Educação Superior e a Educação de Jovens e Adultos – EJA

A EJA está inserida em um contexto onde os aspectos sociais, políticos, culturais e educacionais sofrem a intervenção direta da globalização e das ações capitalistas, onde prevalece a desvalorização do ensino, embora, segundo Soares (2001, p. 201), existam “numerosas iniciativas e consolidação de propostas em seu âmbito”. À priori, as intervenções e propostas nesse campo educacional têm a perspectiva de minimizar os números de analfabetos, tornando-os cidadãos por meio do voto, como também, em outra proposta, a educação dos jovens e adultos das classes populares tem como objetivo a qualificação da mão de obra para o trabalho, ou seja, atender a demanda produtiva de mercado, como afirma Torres (1994, *apud* HADDAD, 2001, p.198):

As reformas educativas, na verdade, vêm dando ênfase aos aspectos econômicos e de controle administrativo. Importa mais a formação da mão de obra para o capital do que formação do cidadão para a sociedade. Importa mais o ajuste econômico dos sistemas escolares públicos à lógica neoliberal da reforma do estado do que o investimento social que a educação proporciona para a sociedade. As instâncias centrais estabelecem os currículos e critérios mínimos de assimilação de conteúdos, assim como o sistema de avaliação também centralizado, e deixa muitas vezes para o jogo do mercado a melhoria da qualidade do ensino.

Entretanto, para Paulo Freire (1967, p.117), a alfabetização de adultos:

[...] é mais do que o simples domínio psicológico e mecânico de técnicas de escrever e de ler. É o domínio dessas técnicas, em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. É comunicar-se graficamente. É uma incorporação. Implica, não uma memorização visual e mecânica de sentenças, de palavras, de sílabas, desgarradas de um universo existencial — coisas mortas ou semimortas — mas numa atitude de criação e recriação. Implica numa auto formação de que possa resultar uma postura interferente do homem sobre seu contexto.

Dessa forma, busca-se usar a realidade desses indivíduos como ferramenta pedagógica, no sentido da valorização das práticas e técnicas existentes na cultura dos mesmos, ou seja, realizando a educação de jovens e adultos com base nas concepções da educação popular.

As mobilizações populares e sindicais por democracia, por melhores condições de trabalho, educação, saúde; pela valorização da cultura popular e

outras necessidades surgiram e tiveram grande repercussão pelo Brasil, sobretudo a partir dos anos 1960. Alguns exemplos são colocados por Wanderley (2010, p. 9):

Movimento de Cultura Popular (Recife), o Movimento de Educação de Base – MEB (estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste), a Campanha “De Pé no Chão também se aprende a ler” (Rio Grande do Norte), o Centro de Cultura Popular (dinamizado pela União Nacional dos Estudantes).

Tendo em vista toda mobilização em prol das lutas pelo direito e equidade social, faz-se necessário considerar o cenário nacional, em que as intervenções da globalização e do capitalismo impõem novas formatações na sociedade, inclusive as “promessas de melhorias” para a camada popular, que não foram cumpridas, que seguem incentivando às reivindicações pelos direitos das classes sociais menos favorecidas.

Na LDB (1996), o Art. 1º diz que:

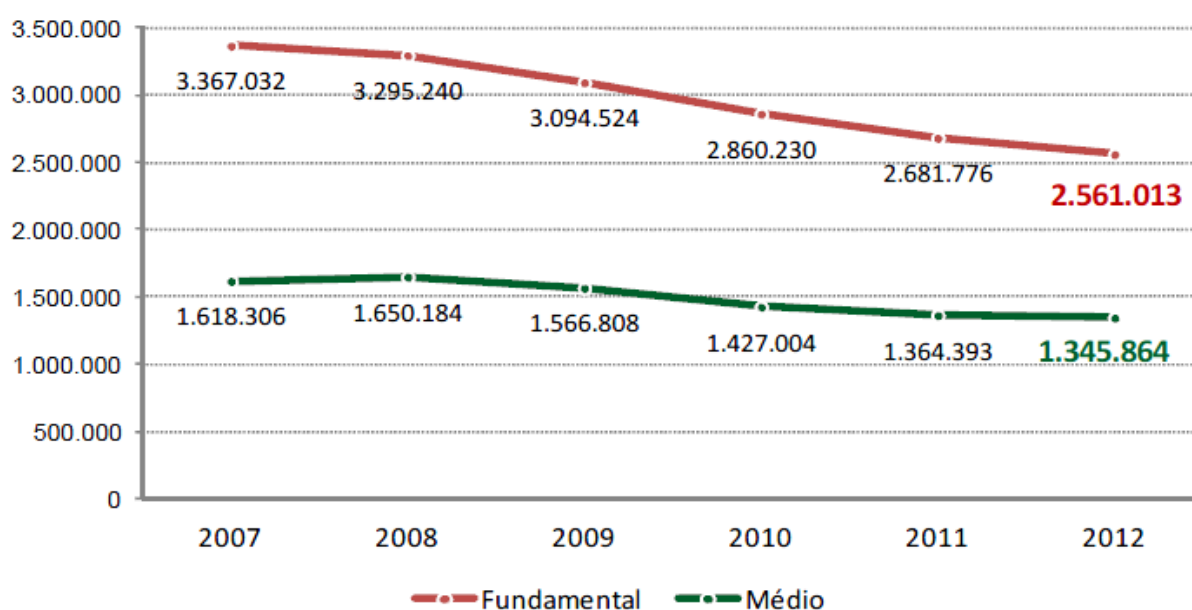
“a educação abrange processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Com relação à EJA, no Art. 37º, diz que: “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” Os indivíduos que compõem esta classe popular, em sua trajetória histórica foram privados do direito à educação, contribuindo assim para sua exclusão nos âmbitos sociais. Porém, as possibilidades de uma educação continuada, educação ao longo da vida (PRESTES & PFEIFFER, 2011) vem proporcionando a essa determinada classe popular o direito ao conhecimento que até então lhes foi negado.

É importante ressaltar as conferências e fóruns que acontecem em prol da melhoria da educação em geral. Ao se tratar da modalidade da EJA, pode-se observar a mobilização, a exemplo das CONFINTEAS (1949, 1960, 1972, 1985, 1997, 2003), Fóruns e as ações da Cátedra e da UNESCO, que discutem as estratégias de ensino, as preocupações com os “pilares das aprendizagens” (SCOCUGLIA, 2011) e os desafios da EJA na tentativa de proporcionar uma educação que vai além da alfabetização, mas que oportuniza uma educação ao longo da vida.

Em vista da mobilização, das políticas nacionais e internacionais que buscam melhorias para a EJA, é importante observar a realidade desse grupo em números específicos, através dos dados do INEP (2012), que mostram que o número de matrículas na EJA, à nível Fundamental e Médio, vem diminuindo nos últimos seis anos, como apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 03: Matrículas na EJA no Brasil (2007 – 2012).



Fonte: MEC/Inep/DEED, 2012.

Ao analisarmos os números, nos deparamos com duas indagações: o número de matrículas está em queda devido a minimização da procura pelo ensino nessa modalidade em razão da conclusão do curso da maioria desses alunos, ou a demanda dos que ainda não dispõem do ensino completo na EJA vem diminuindo nesse período?

Embora o índice do analfabetismo de 1992 para 2009 caia de 17,2% para 9,7%, respectivamente, é imprescindível as ações de democratização do acesso e inclusão dessa demanda que, no ano de 2012, representa, ainda, 14,1% do total da população com idade maior ou igual a 15 anos (ANUÁRIO DA EDUCAÇÃO, 2012). Ou seja, o número de matrículas vem diminuindo e resulta na possível conclusão dos estudos desses alunos na EJA. Nesse sentido, fica clara a necessidade que os indivíduos das classes populares, que não estiveram na escola na faixa etária regular, consigam ser incluídos e que possam permanecer e concluir seus cursos,

para, assim, alcançar outros níveis educacionais. Ou seja, necessárias são as ações no ensino básico que possam incentivar a educação ao longo da vida desses sujeitos, na perspectiva de estimular um futuro ingresso na Educação Superior.

Para viver em sociedade, alcançar oportunidades no mercado de trabalho e melhorar as condições de vida é necessário dispor de um nível educacional que possibilite o indivíduo a atuar como cidadão. Durante décadas, as lutas em prol da educação das classes populares, da conscientização desses indivíduos, da libertação, do direito à escolha, da busca pela emancipação (FREIRE, 1974) foram se expandindo por todo o país. A EJA como uma modalidade de educação com caráter profissional, como educação que valorize as heranças culturais e uma educação ao longo da vida, é uma conquista do povo que, por décadas, foi privado do direito a uma educação que centralizasse o homem como ser humano, e não como trabalhador. Homens que têm o direito de fazer a sua própria história e de contribuir diretamente com o desenvolvimento do país.

Os movimentos populares defendem a conscientização do indivíduo que, em meio às dificuldades, pode modificar a sua realidade em benefício individual em paralelo com o coletivo. Segundo Freire (1976, p. 133):

A história não faz nada, não possui nenhuma imensa riqueza, não liberta nenhuma classe de lutas: quem faz tudo isso, quem possui e luta é o homem mesmo, o homem real, vivo; não é a história que utiliza o homem como meio para trabalhar os fins – como se tratasse de uma pessoa à parte – pois a história não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos.

O homem como transformador da sua história vem, ao longo das décadas, lutando para ocupar um lugar na sociedade (que é seu por direito) em um país democrático e, por meio da educação, ter a oportunidade de mudança, ascensão social e melhoria de vida. A EJA, como uma modalidade direcionada a atender a esses sujeitos, deve estender o olhar para além de um ensino mecanizado, e estar como ensino formal não impede de usar a cultura como instrumento educativo, nem mesmo como ensino distante do nível superior, impedindo-o de ser alcançado.

No Brasil, país democrático, a educação é tida, constitucionalmente, como direito de todos, sem priorizar, *formalmente*, nenhum grupo social desfavorecido, nem privilegiar grupos com condição financeira e cultural favoráveis. Entretanto, é necessário perceber que a trajetória de muitos sujeitos da classe popular têm suas

particularidades devido à influência social, cultural e econômica que resultam em sua exclusão.

De acordo com a LDB (1996), art. 44º, inciso II, os cursos de graduação da Educação Superior público são “abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalentes e tenham sido classificados em processos seletivos”. A lei deixa claro que qualquer indivíduo que faça parte desse grupo e que tenha concluído as exigências de ensino para o ingresso está apto. Surge uma nova demanda que busca a Educação Superior, um novo perfil de candidatos, desafiando a Educação Superior a promover a democratização do acesso, possibilitando a inclusão²¹ desses indivíduos.

Na UFPB, a realidade comparada ao cenário nacional vem apresentando diferenças, conforme vimos no capítulo anterior. Mesmo que o número de vagas para o ingresso, oferecidas pela UFPB, esteja aquém para atender a demanda dos que procuram a Educação Superior na instituição, as políticas públicas intervêm positivamente no ingresso de candidatos advindos de escolas públicas no período de 2008 a 2012, como mostram as análises qualitativas dos dados da COPERVE realizadas pelo GEEPES/UFPB²².

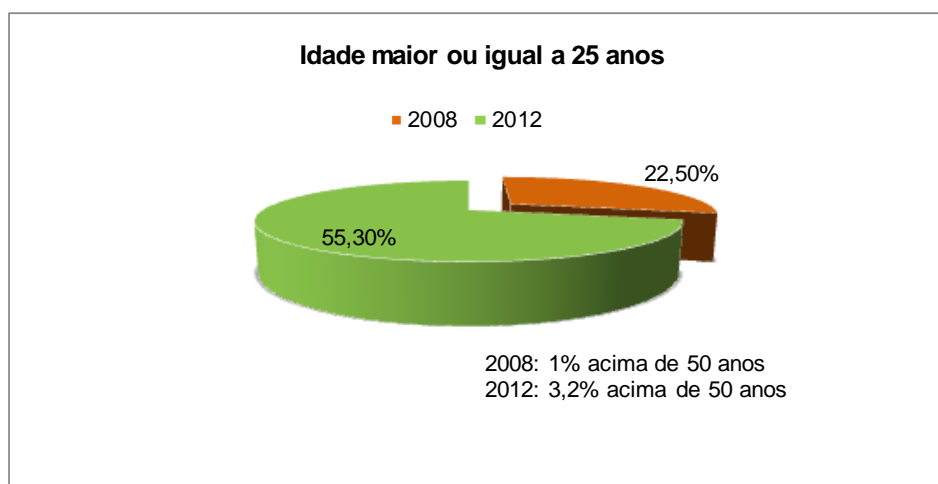
O número de ingressantes que concluíram em escola pública é de 38,2% em 2008, chegando a 2012 com um percentual de 56,7. Esse dado chama atenção e incentivou a realização dessa pesquisa, pois indica o aumento significativo no número de ingressos com idade igual ou maior que 25 anos nesse período – de 9,9% (2008) ele cresce para 18,8% (2012). Em vista disso, o foco da pesquisa é identificar quantos alunos fora da faixa etária regular ingressaram no curso de Pedagogia e quais desses alunos advieram da modalidade EJA.

Podemos observar no gráfico abaixo que o número de candidatos que ingressam fora da faixa regular (18 – 24) no curso de Pedagogia é crescente nesse período e prevalece em maior número quando comparado aos que ingressam na faixa regular.

²¹ Boaventura (2005) afirma que só há inclusão quando as ações de permanência proporcionem aos alunos oriundos das classes discriminadas o acesso, a permanência e garantam o sucesso desses sujeitos.

²² Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação Superior e Sociedade/UFPB, que trabalha com a pesquisa “*Inclusão, equidade social e acadêmica nas Políticas de Educação: o acesso aa Educação Superior no contexto da globalização*”, coordenado pela professora Edineide Jezine.

Gráfico 04: Candidatos que ingressam no curso de Pedagogia/Campus I com idade igual ou maior que 25 anos.



Fonte: UFPB/COPERVE, 2012.

Tendo em vista as dificuldades para encontrar o número geral dos candidatos nessa faixa etária, que concluíram os estudos na modalidade EJA, em específico na Pedagogia, é notório que existe uma necessidade de indagar os sujeitos ingressantes à respeito dessa informação, na expectativa de compreender os avanços nas propostas de inclusão que vão além do ingresso de alunos advindos de escola públicas, mas também identificar, dentro da UFPB, os indivíduos que vêm de uma realidade excludente; que apresentam uma dificuldade social, cultural, econômica e política, mas conseguem vencer a barreira imposta pela sociedade.

Os sujeitos advindos da EJA, que ultrapassam as barreiras sociais durante a sua trajetória escolar, rompem com os elos culturais e com a influência familiar, como exemplifica Bourdieu (2002, p.41):

um jovem de camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de um operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores às daquelas de um jovem de classe média.

A família, como primeira instância da formação desses indivíduos, pode influenciar nas escolhas e, assim, contribuir, com base nas heranças culturais, para a atuação desses, melhorando as chances de serem participantes ou excluídos da

sociedade. Para Bourdieu (2002), essa herança é denominada capital cultural²³ que influencia nas relações sociais. Pode-se inferir que o acúmulo do capital cultural desses indivíduos contribua para a extensão da rede de relações, isto é, para expandir o capital social.

Porém, é de suma importância ressaltar que as influências culturais e familiares que Bourdieu trata não é um conceito generalizado. Com base nessa pesquisa, pode-se averiguar que, mesmo nas condições do contexto no qual esses sujeitos estão inseridos, eles vão além e rompem com a barreira do impedimento colocado pela sociedade hegemônica.

Em vista dessa realidade, segundo Wertheim & Cunha (2000), a Educação Superior estava diante de um grande desafio: democratização do acesso, garantir a qualidade de ensino e inserir-se num contexto de globalização das atividades econômicas e sociais.

Segundo Prestes, Sousa, Bezerra e Silva (2013,p.04), a UFPB aderiu ao REUNI no ano de 2007 e se propôs a

organizar um conjunto de ações para a sua expansão, associadas à melhoria dos padrões de eficiência e qualidade acadêmico-administrativa, visando estimular o alunado a concluir seus estudos. Naquele período, a instituição funcionava com 57 cursos de graduação (42 Bacharelados e 15 Licenciaturas) e com 17.086 alunos matriculados. O corpo docente efetivo era composto de 1.458 professores, 54% de doutores, 34% de mestres e 297 professores substitutos, totalizando um conjunto de 2.465 professores. O quadro técnico-administrativo se compunha de 3.620 servidores (1.061 de nível superior, 2.189 de nível médio e 370 de nível de apoio) e ofertava 4.269 vagas para ingresso na graduação. As propostas mais relevantes do REUNI/UFPB apoiavam-se em duas metas básicas: a) elevar, gradualmente, a taxa média institucional de conclusão de cursos presenciais pelos alunos de graduação (TCG), de 68,5%, em 2007, para 90%, em 2012 e; b) a relação média institucional de alunos dos cursos presenciais de graduação por professor, de 13 (2007), para 18 (2012). Para alcançar essas metas, a UFPB se propôs a organizar um conjunto de ações para se expandir, com propostas de melhoria dos padrões de eficiência e qualidade acadêmico-administrativa.

Nessa perspectiva, a UFPB avançou nas questões de acesso a instituição com o programa REUNI que, em 2011, ofereceu 2.180 novas vagas, criou 30 novos cursos e ampliou o quantitativo de alunos para 38.000 matrículas (SOUZA JÚNIOR, 2011,

²³ O capital cultural segundo Bourdieu (2002) é transmitido da família para os seus filhos mais por vias indiretas que diretas. São os valores implícitos e profundamente interiorizados que contribuem para definir as atitudes e consequentemente o êxito do indivíduo no seu processo escolar.

s/p). É compreensivo que a Educação Superior na UFPB vem oportunizando o ingresso dessa classe popular, porém a inclusão acontece de fato se esses indivíduos conseguem o ingresso, a permanência e o sucesso (SOUZA SANTOS, 2005, p. 68 - 69).

3.1 Alunos da EJA no curso de Pedagogia da UFPB

O curso de Pedagogia da UFPB regido pela Resolução n.13/96 do CONSEPE, propõe em seu Projeto Político Pedagógico – PPP (2006),

[...] desenvolver no aluno as capacidades de compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não-formal; compreender a dinâmica da realidade, utilizando-se das diferentes áreas do conhecimento para produzir a teoria pedagógica; identificar os processos pedagógicos que se desenvolvem na prática social concreta que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas, como nos demais espaços educativos; implementar formas de gestão democrática na escola, estando em condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si, e destes com os movimentos sociais fora da escola.

Além dessas proposições, o PPP (2006) traz saberes profissionais essenciais ao pedagogo na sua formação à docência e gestão, como:

[...] analisar, descrever e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias; dominar os conteúdos específicos (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Literatura Infantil) das áreas básicas do ensino, nas séries iniciais do ensino fundamental; desenvolver a prática pedagógica numa perspectiva multidisciplinar; interpretar a prática educativa a partir dos conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, regional e local; resolver situações-problemas que exijam análise, síntese, avaliação e aplicação de conhecimentos; utilizar formas distintas de acessar e processar conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados, bem como compreender as transformações, no mundo atual, mediadas por novas tecnologias; e propor formas de interação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e outras práticas sociais, concebendo-as como espaços educativos.

A Pedagogia apresenta as capacidades e os saberes que o aluno deve ter para atuar como profissional em sua prática de docência.

Com os resultados obtidos na pesquisa do GEPESS, que analisa os perfis dos candidatos que ingressam na UFPB, é possível conhecer também o perfil dos alunos no curso de Pedagogia. Em linhas gerais, no ano de 2012, entraram no curso de Pedagogia alunos que advieram de escolas públicas, que dispõem de uma renda familiar baixa (entre menos que um salário mínimo ou dois salários), de cor parda, que não exercem nenhum tipo de atividade remunerada, e são filhos de pais e mães com baixo índice de escolaridade. Além dessas características, é importante ressaltar, como mostra o Gráfico 04, que o número de ingressantes fora da faixa etária regular é significativo no curso.

Em vista disso, esse trabalho propõe identificar os candidatos advindos da EJA e conhecer os perfis desses sujeitos que ingressaram no curso de Pedagogia. Porém, vale ressaltar a dificuldade de obter informações da UFPB sobre esse dado, impossibilitando o comparativo com o universo da instituição, ou seja, quantos candidatos que ingressam na Educação Superior da UFPB advieram da EJA e quantos estão no curso de Pedagogia. Diante dessa realidade, para preencher essas lacunas, é sugerida a realização de um questionário no ato da matrícula ou no primeiro período, com os alunos ingressantes, para que possam ser identificados os sujeitos que advêm da EJA e tornar possível a realização de estudos com dados mais precisos.

3.2 Aspectos metodológicos da pesquisa e caracterização dos sujeitos advindos da EJA no curso de Pedagogia

Considerando as dificuldades na busca pelos sujeitos desse trabalho, é pertinente ressaltar que a pesquisa parte de uma perspectiva quali-quantitativa (MARCONI & LAKATOS, 2012) para a aferição e interpretação dos dados. Deste modo, o método de procedimento será o estudo de caso, que, segundo Lakatos e Marconi (2012), tem “a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos”, porém, facilitando assim a compreensão da classe popular envolvida no estudo e proporcionando uma visão ampliada da realidade desses indivíduos.

O encontro dos sujeitos deu-se a partir da visita às salas de aulas em todos os períodos e turnos do curso de Pedagogia que, mesmo apresentando um crescente ingresso de indivíduos fora da faixa regular, foi possível encontrar um número baixo de alunos que concluíram a educação básica na modalidade EJA. Isso pode ser justificado em razão do acúmulo da demanda durante os últimos anos e não necessariamente pelo advir da EJA, como esclarece Prestes e Pfeiffer (2011, p. 219):

Mesmo considerando que certa parcela dos concluintes do ensino médio não dispõe dos requisitos cognitivos ou financeiros para estudar ou não tem interesse de ingressar na Educação Superior, é óbvio que se acumulou, durante estes últimos anos, uma enorme demanda reprimida de indivíduos com interesses em continuar os estudos e ingressar na Educação Superior.

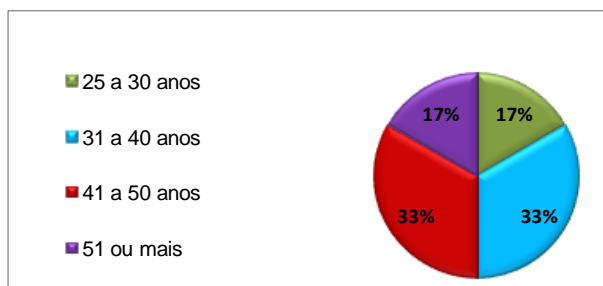
A escolha por esses sujeitos deu-se pela necessidade de: conhecer as trajetórias históricas e as dificuldades enfrentadas por eles no processo educacional, incluindo os motivos que os impediram de cursar o ensino em idade regular; analisar a influência familiar nas escolhas e nas opções desses indivíduos; compreender as motivações e dificuldades de se cursar a Educação Superior, e por fim, apreender a visão desses alunos sobre a Educação Superior e suas expectativas para a vida pessoal e/ou profissional.

No processo de coleta dos dados para a pesquisa, foi utilizada a técnica do questionário, que possibilitou obter as informações necessárias sobre o perfil, as trajetórias históricas, as dificuldades, motivações e expectativas desses alunos de Pedagogia que advieram da EJA. Essa técnica, de acordo com Marconi e Lakatos (2012), compõe a parte prática de coleta de dados, denominada observação direta extensiva. Os questionários foram realizados no intento de obter informações necessárias na perspectiva de esclarecer e exemplificar a problemática da pesquisa, ou seja, compreender melhor os aspectos que influenciam a realidade atual e futura dos sujeitos em estudo.

Diante das dificuldades encontradas na busca pelos alunos advindos da modalidade EJA, foi possível encontrar um número muito pequeno, no total de seis sujeitos, mas os questionários possibilitaram conhecê-los e assim analisar as semelhanças nos perfis. Com base nesses questionários, é possível descrever o perfil dos sujeitos, levando em consideração as seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, origem, renda familiar, instrução do pai e da mãe, e local onde mora.

Partindo das análises, os sujeitos advindos da EJA no curso de Pedagogia, de acordo com o questionário, são do sexo feminino e dispõem das seguintes características, como podem ser observados os gráficos abaixo:

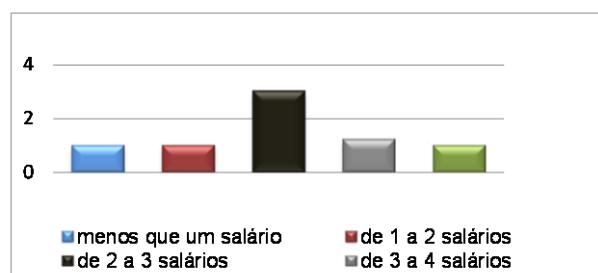
Gráfico 05: Faixa etária dos sujeitos da pesquisa.



Fonte: Questionário da Pesquisa

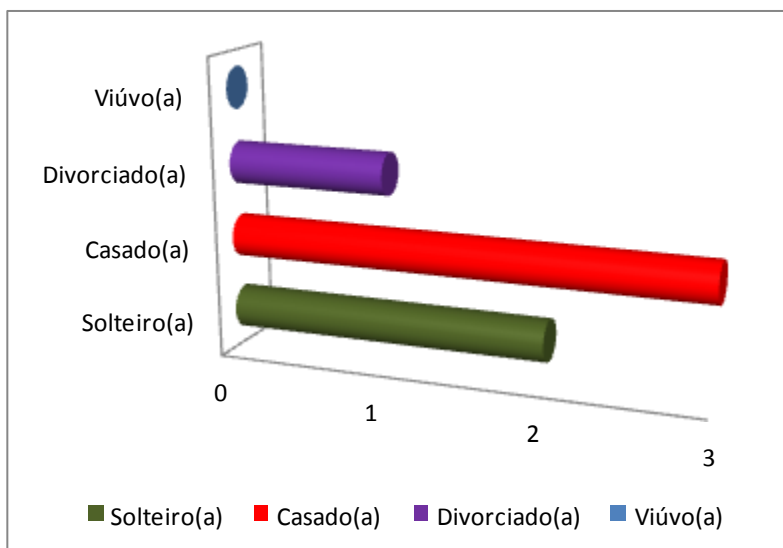
Estes sujeitos são de origem urbana, habitam na cidade de João Pessoa e apresentam uma faixa etária entre 31 a 50 anos, como mostra o gráfico, em uma porcentagem com maior relevância.

Gráfico 06: Renda familiar dos sujeitos da pesquisa.



Fonte: Questionário da Pesquisa

A maior parte dos indivíduos dispõem de uma renda familiar entre 2 (dois) a 3 (três) salários mínimos.

Gráfico 07: Estado civil dos sujeitos da pesquisa.

Fonte: Questionário da Pesquisa.

Tendo em vista que os sujeitos são todos do sexo feminino, as alunas vivem uma relação estável, ou seja, são casadas e residem com o marido e filhos.

Com relação às questões respondidas sobre a escolaridade dos pais, é possível perceber em linhas gerais que as mães dessas alunas possuem escolaridade ao nível de ensino médio completo, e os pais ao nível de ensino médio incompleto. Diante desses resultados, é possível fazer relação com a ideia de Bourdieu e Champagne (1993) em que assinalam que as desigualdades socioeducacionais entre os estudantes advindos de classes populares, não são eliminadas.

Os perfis desses sujeitos se assemelham aos perfis dos candidatos que ingressam no curso de Pedagogia no geral, o que é possível afirmar com base nos resultados da pesquisa do GEPES (citado anteriormente). A maioria dos ingressantes no curso é do sexo feminino. Esse dado pode ser justificado devido ao número de candidatos que ingressam na UFPB sejam do sexo feminino, uma vez que em 2008 o percentual é de 51,4% e os do sexo masculino de 48,6%. Em 2012 o número de mulheres, também é maior com relação ao número de homens, 52,9% e 47,1%, respectivamente. São advindos de escolas públicas, com renda familiar entre menos de um até três salários mínimos, filhos de mães que possuem uma instrução de nível médio completo e pais de nível fundamental incompleto.

Em vista disso, as semelhanças nos perfis existem. Porém a relevância da pesquisa é a análise e compreensão das trajetórias históricas desses sujeitos, objetivando conhecer as motivações que levam estes, advindos de uma realidade escolar e social excludente, mas que conseguem ingressar na Educação Superior superando os limites impostos por esse nível educacional, na tentativa de incluir-se na sociedade e melhorar suas condições de vida por meio da educação.

3.3 Trajetórias históricas dos sujeitos advindos da EJA no curso de Pedagogia.

Compreender o percurso histórico e as influências sociais dos sujeitos que constituem a formação da sociedade remete a conhecer as trajetórias sociais e educacionais de determinados grupos sociais que, diante das opressões impostas por grupos dominantes, conseguem intervir nas ações e modificar a realidade na busca de oportunidades por uma educação que vai além da formação imposta pelo mercado. A EJA é vista como a oportunidade de continuidade da formação de sujeitos das classes populares que não tiveram as condições de escolarização no tempo ideal, e objetiva um processo de formação crítico, libertador e emancipador e que proporcione mudanças na vida e favoreça oportunidades no seu futuro social e profissional para alcançar outros níveis de ensino.

De acordo com a UNESCO (2009)

a democratização do acesso da universidade, por si mesma, não estimula a permanência no ensino(a formação/certificação) nem as aprendizagens, os requisitos básicos para promover a inclusão e o cumprimento dos objetivos fixados pelas políticas internacionais e nacionais para o desenvolvimento social e profissional das pessoas, particularizando-se as adultas.

Como propõe o PNE 2011 – 2020, as considerações sobre a democratização e permanência na Educação Superior indicam necessidades: entre elas, a de “garantir a expansão da graduação nas instituições públicas no período noturno, com a condição de que o número de vagas neste período seja, no mínimo, um terço do número total de vagas” (2011, p.111). Complementando, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) afirma que “as políticas de acesso deverão articular-se às políticas afirmativas e de permanência na educação básica e superior, garantindo que os segmentos menos favorecidos da sociedade possam realizar e concluir a formação com êxito e com alto padrão de qualidade” (2011, p. 53).

Na UFPB, embora o ingresso dos sujeitos com idade maior ou igual 25 anos seja significativo no ano de 2012, é preciso levar em consideração as dificuldades de permanência e sucesso desses indivíduos na instituição. A UFPB, como universidade pública e de total responsabilidade do Estado, necessita elaborar ações internas de incentivo, que oportunizem a permanência durante o curso e até sua conclusão. Os sujeitos advindos da EJA apresentam outras necessidades que precisam ser levadas em consideração, devido as suas trajetórias históricas e as dificuldades vivenciadas em seu processo educativo tardio.

Com base nos questionários, foi possível conhecer as dificuldades enfrentadas durante o processo educacional básico e na Educação Superior, como também as motivações que levam a romper as barreiras impostas pelo acúmulo de dúvidas, preconceitos, insucesso, processos aligeirados da EJA e que podem refletir na trajetória educacional na Educação Superior.

As alunas, ao serem perguntadas se tiveram incentivo da família para voltar a estudar, afirmam em suas respostas que tiveram o apoio e a motivação familiar para dar continuidade aos estudos, uma vez que em todos os casos o ingresso na EJA foi à partir do ensino básico fundamental e/ou ensino médio. Para esclarecer, Nogueira & Nogueira (2009, p. 90) coloca que:

[...] pertencer a uma família com limitados recursos econômicos e culturais não importaria necessariamente o insucesso escolar. Em todos os casos, o efeito das condições objetivas sobre a escolarização dos indivíduos seria intermediado pelos significados que os pais e filhos atribuem a essas condições e ao processo de escolarização.

Diante da colocação dos autores, é possível aludir que essas alunas do curso de Pedagogia, que apresentam um perfil característico de classe popular, e que constituem um grupo social que dispõe de condições financeiras baixas, integrantes de famílias com pais de nível de instrução baixo e em alguns casos analfabetos, não estão condenadas a permanecer na mesma condição familiar. Ou seja, os sujeitos advindos de classes populares, com sinais de exclusão devido as suas trajetórias históricas, podem romper essa barreira e alcançar a Educação Superior, a exemplo dos sujeitos em estudo.

Seguindo com a análise dos questionários, em resposta à indagação sobre as motivações para o ingresso na Educação Superior, algumas alunas afirmam que conseguir ingressar na Educação Superior foi uma realização pessoal e

proporcionará a possibilidade de mudar a realidade atual e concluir seus estudos, ou seja, obter formação. Algumas respostas dos seguintes sujeitos.

Aluna A:

“É ter um grau de instrução para mudar a realidade atual”.

Aluna B:

“Novas aprendizagens para a vida e a valorização pessoal”.

As motivações para o ingresso na UFPB são: ascender economicamente, adquirir conhecimento, ter oportunidades no mercado de trabalho e incluir-se na sociedade. Ao ingressarem na instituição, são identificadas as primeiras dificuldades. Algumas colocam a questão financeira que dificulta o acesso aos textos, pois não possuem dinheiro para tirar as fotocópias e também obter a alimentação. Outras respondem o seguinte:

Aluna C:

“Aprendizagens de novos conhecimentos e avaliações em algumas disciplinas”.

A UFPB dispõe de programas de permanência²⁴, porém poucos alunos têm conhecimento sobre esses auxílios. As datas, os prazos e a documentação exigida são, geralmente, socializados via internet, excluindo os alunos que não sabem usar ou que não têm acesso diariamente a essa ferramenta, resultando na falta de informação e, assim, ao não acesso ao benefício durante o período como graduandos. Em se tratando de programas de permanência em três dos questionários respondidos, as alunas nos primeiros períodos (1º e 2º) dizem não saber do Restaurante Universitário (RU), programa de apoio ao aluno que é mais

²⁴ Os programas de permanências são: Restaurante Universitário, Programa de Moradia Estudantil Universitária (PROMEU), Atenção à Saúde, Auxílio Transporte, Auxílio Creche, Auxílio manutenção, Inclusão Digital através do computador pessoal, Apoio aos estudantes com deficiência, Apoio à participação em eventos e Mobilidade Estudantil Nacional e Internacional. Podem ser encontrados no site da instituição: www.ufpb.br

conhecido e concorrido dentro da instituição. Em outros questionários, as alunas do 3º período em diante responderam que não conhecem os programas de permanência citados no questionário e só ouviram falar do RU.

Além dos programas de permanência, a UFPB possui programas acadêmicos²⁵, mas a maioria das alunas afirma não participar e, outras, não conhecer. Ao ser perguntada pelas dificuldades enfrentadas para a permanência no curso, a Aluna D diz:

Aluna D:

“No início do curso, senti dificuldades nas leituras (compreensão de texto) e financeira, sanada logo após minha participação no projeto de pesquisa”.

A Aluna D é o único sujeito que faz parte de projeto de pesquisa, no grupo em análise. Em vista disso, pode-se perceber a importância dos programas de permanência, entre os quais se inclui os projetos acadêmicos de pesquisa e extensão na UFPB, já que podem proporcionar uma melhor condição para que o sujeito possa se manter durante o curso, alcançando a conclusão do mesmo.

Por fim, com relação aos benefícios da Educação Superior para a vida e para o futuro, as alunas responderam que a Educação Superior proporciona benefícios no sentido de melhorar o status social e ser reconhecido por estudar em uma instituição de Educação Superior pública; realizar-se profissionalmente; ter valor para as outras pessoas; alcançar novas oportunidades de vida; melhorar a renda familiar e ter um nível intelectual mais elevado. É relevante destacar algumas respostas.

Aluna D:

“Inúmeros. Desde a forma de me comunicar, até o meu lazer. Além dos ensinamentos formais que posso aplicar no meu cotidiano”.

Aluna A:

²⁵ Os programas acadêmicos são: PIBIC, PROLICEN, PIBID, PROEXT, PIVID entre outros que podem ser encontrados no site: www.ufpb.br/prg/

“Vai abrir várias portas e o meu futuro terá mais oportunidades”.

Aluna B:

“Status, moral levantada, atualização”.

Aluna C:

“Aquisição de conhecimentos importantes para perceber e refletir melhor sobre as coisas do mundo, principalmente nas questões políticas e sociais, além da construção de novas amizades”.

Com base no exposto, percebe-se que esses sujeitos passaram por processos excludentes em suas trajetórias históricas e, ao ingressarem na Educação Superior, vivem os limites impostos pela dificuldade de aprendizagem, desempenho e permanências na instituição. É claro perceber que a luta desses sujeitos para incluir-se nesse nível de ensino é a parte final, pois a maioria, até então, acredita que alcançou o topo de um processo que resultará na sua inclusão em uma sociedade que prioriza os de maior instrução.

CONSIDERAÇÕES INTERINAS

Entendendo a educação como um direito constitucional, resolvemos neste trabalho adentrar nas problemáticas do acesso de sujeitos advindos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, direcionando o olhar para aqueles que estão na Educação Superior.

Todo esse percurso foi necessário para que pudéssemos conhecer as dificuldades e expectativas destes alunos na continuidade dos estudos em um nível de ensino que, até pouco tempo, remontava um histórico de atendimento apenas para a elite, mas que hoje já se direciona para as classes populares da sociedade, onde, em muitos casos, inserem-se os alunos da EJA.

Os dados históricos apresentados no capítulo I sobre a Educação Superior estão postos a partir dos marcos políticos do Governo FHC e o Governo Lula, com ênfase na influência da reformulação da LDB nº 9.394/1996, no estabelecimento das políticas nestes governos. Tal estudo nos permitiu refletir sobre as políticas estabelecidas para a Educação Superior que se consolidaram a partir das exigências internacionais para esse nível de ensino. No contexto das políticas estabelecidas no governo FHC, destacamos a LDB 9.394/96 como principal marco, e no governo Lula, destacamos o REUNI, que expandiu as instituições federais tanto em termos estruturais quanto na oferta de vagas. Tais políticas se caracterizaram como fatores decisivos na inserção de indivíduos advindos das classes populares, como é o caso dos sujeitos de nossa pesquisa.

As análises destes marcos políticos nos proporcionaram compreender como se processou a inserção dessas políticas na Paraíba, com ênfase na UFPB. Para tanto, construímos o capítulo II que, inicialmente, reflete sobre as políticas educacionais consolidadas na Paraíba, visando conferir se estas oportunizam a democratização do acesso à UFPB.

Quanto às mudanças no sistema econômico, político e social brasileiro e as parcerias governamentais e institucionais que buscam suprir as necessidades de uma sociedade que almeja o desenvolvimento por meio da educação, podemos inferir que a UFPB vem avançando, comparada ao cenário nacional, no âmbito das implantações de políticas públicas que oportunizam o ingresso de candidatos, sobretudo dos que apresentam um histórico de exclusão no seu processo educacional regular.

No capítulo III, a EJA é foco da reflexão, no sentido de esclarecer as questões que circundam a realidade dos sujeitos que de lá advêm, analisando as trajetórias históricas e educacionais, as influências familiares, e as motivações e dificuldades enfrentadas por esses sujeitos na busca pelo ingresso e permanência na Educação Superior. Mediante a análise dos dados, é possível compreender a realidade dos sujeitos advindos da EJA no curso de Pedagogia da UFPB, e sua relação com as contingências históricas da sua realidade, da sua cultura, do convívio familiar que influencia o ingresso na Educação Superior. Também são levadas em consideração as expectativas desses alunos com relação a Educação Superior, uma vez que em meio às dificuldades encontradas em uma trajetória excludente, conseguiram o ingresso na Educação Superior e superaram as barreiras de permanência para a conclusão do curso.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL/BIRD. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington: [s.n.], 1995.

BANCO MUNDIAL/BIRD/UNESCO. **La educación en los países en desarrollo**: peligros y promesas. [s.n.], 2000. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

BORGES, M. C. A. **Banco Mundial**: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. RBPAE – v.26, n.2, p.367-375, mai./ago. 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIEU, P. CHAMPAGNE, P. Les exclus de l'interieur?. In: BOURDIEU, P. (Org.). *La Misère du Monde*. Paris: Seuil, 1993.

BRASIL. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Moderna, 2012.

BRASIL. MEC. **Evolução da Educação Superior - Graduação**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>> Acesso em: 10 jul. 2013.

_____. **Resumo Técnico. Cursos de Educação Superior de 2010**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf> Acesso em: 10 jul. 2013.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2006**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. **Educação Superior Brasileira 1991 – 2004 - Paraíba**. Brasília. INEP, 2006. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4332>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

_____. **Ministério da Educação**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ¾ INEP. Documento Básico. Brasília, 2000, 12 p. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/enem/publicacoes/>>. Acessado em 08 jul. 2013.

_____. Projeto de lei 3627/2004. **Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de Educação Superior e dá outras providências.** Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ref_projlei3627.pdf> Acesso em: 08 jul. de 2013.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social na Educação Superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.** Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm> Acesso em: 08 jul. 2013.

_____. Lei nº. 9.113, 16 outubro de 1995. **Cria o Conselho Nacional de Educação e o Exame Nacional de Cursos e dá outras providências.** Brasília: 1995. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995-10-16;9113>> Acesso em: 08 jul. 2013.

_____. Lei nº 10.861, 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm> Acesso em: 08 jul. 2013.

_____. LEI nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2013.

_____. Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Brasília:1995. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9192.htm>>

_____. Resolução nº 09/2010/CONSEPE/UFPB. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep09_2010.pdf>. Acesso em 08 abr. 2013.

_____. Resolução nº 44/2010/CONSEPE/UFPB. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep44_2010.pdf>. Acesso em 08 abr. 2013.

_____. Resolução nº 27/2007/CONSUNI/UFPB. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2007/Runi27_2007.htm>. Acesso em 08 abr. 2013.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais.** Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2012. Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Socioeconômicas. Rio de Janeiro, 2012. ISBN 978-85-240-4259-1.

CARVALHO, C. H. A. **A política pública para a Educação Superior no Brasil (1995-2008): ruptura ou continuidade?** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP: 2011.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; NAKAMURA, Paulo. Expansão do acesso à Educação Superior: inclusão ou exclusão ampliada. **XX Seminário Nacional UNIVERSITAS/Br.** Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social. Universidade Federal da Paraíba - UFPB. João Pessoa, pp.15, 2012.

CHAVES, V. L. J.; MENDES, O. da C. O contrato de gestão na Reforma da Educação Superior Pública. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/352.pdf.> Acesso em 05 de março de 2013.

CHAVES, V. J. **Expansão da privatização/mercantilização da Educação Superior brasileiro:** a formação dos oligopólios. Educação e Sociedade, n. 111, v. 31, abr. jun, 2010.

CUNHA, L. A. **A Educação Superior no octênio FHC.** Educação & Sociedade, Campinas, n. 82, abr. 2003a.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação (2011-2020)** - Avaliação e Perspectivas. 2ª ed. Goiânia: UFG, 2011. p. 105-136.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **A Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GENTILI, Pablo. **Escola S.A.** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996. p. 10.

HADDAD, Sérgio. A educação continuada e as políticas públicas no Brasil. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico 2000: Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE; 2000. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=25&cod2=&cod3=25&frm=piramide>> Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. Resultado do Censo, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_paraiba.pdf. Acesso em: 22/04/2013.

JEZINE, E; PRESTES, E. M. T. Democratização do acesso à Educação Superior no Brasil. In: RAMALHO, B. L.; LLAVADOR, J. B.; CARVALHO, M. E. P.; DINIZ, A. V. S. (Coords.) **Reformas Educativas, Educación Superior e Globalización en Brasil, Portugal e España**. Valência: Editorial Germania, 2011.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2012.

NOGUEIRA, Maria A.; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. 3. ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

OLIVEIRA, João F.; CATANI, Afrânio M. et al. **Democratização do acesso e inclusão na Educação Superior no Brasil**. Brasília: MEC/INEP, 2006.

PRESTES, E. M. T.; PFEIFFER, D. Os adultos e a Educação Superior: o caso da Universidade Federal da Paraíba In: **Reformas Educativas, Educación Superior y Globalización en Brasil, Portugal y España**. Espanha: Ed. Valência, 2011.

PRESTES, E. M. T. et al. **Democratização do acesso na Universidade: O processo de Expansão da UFPB**. (Texto original em processo de publicação – 2013)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2 ed., São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época; v. 120).

SCOCUGLIA, Afonso Celso. A construção de uma pedagogia para a globalização contra-hegemônica a partir da educação de jovens e adultos. In: **Reformas**

Educativas, Educación Superior y Globalización en Brasil, Portugal y España. Espanha: Ed. Valência, 2011.

SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras.** Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

SOUZA JUNIOR, Luiz de (2011). **A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização da Educação Superior.** Trabalho apresentado no XXV Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, São Paulo, S. P., 26 a 30 de abril de 2011. Disponível em: WWW.anpae.org.br/simposio2011/cdrm2011/PDFs/.../0310.pdf. Acesso em: 28/07/2013.

UNESCO, Brasil. Ministério da Educação. **Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes.** Brasília: UNESCO, MEC. 2009.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação Popular:** metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010.

WERTHEIM, Jorge & CUNHA, Célio da (2000). A Unesco e as Novas Perspectivas para a Educação Superior. **EccoS.** Revista Científica, v.2, n.2, Centro Universitário Nove de Julho, S. Paulo. PP. 91 – 107.

APÊNDICE

Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EJA

QUESTIONÁRIO

Prezado estudante,

Estamos concluindo o nosso TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) que tem como título “Educação Superior e Democratização do Acesso na UFPB: superação da exclusão escolar dos alunos advindos da EJA”. Na perspectiva de trabalhar com sujeitos advindos dessa modalidade de ensino, fez-se necessário a aplicação deste questionário para alcançarmos o nosso objetivo geral que é compreender as trajetórias históricas, as motivações e dificuldades para o ingresso e permanência na Educação Superior. Desde já, agradecemos a sua colaboração enquanto sujeito de nossa pesquisa.

DADOS PESSOAIS

1. **Sexo:** ☐ F ☐ M
2. **Idade:** ☐ 16 a 18 anos ☐ 19 a 24 anos ☐ 25 a 30 anos
☐ 31 a 40 anos ☐ 41 a 50 anos ☐ 51 ou mais.
3. **Período:** _____
4. **Turno:** ☐ Manhã ☐ Tarde ☐ Noite
5. **Estado Civil:** ☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a)
☐ Divorciado(a) ☐ Viúvo(a) ☐ Outros
6. **Origem:** Campo ☐ Cidade ☐
7. **Qual a renda total mensal da sua família?**
☐ menos de R\$ 622,00
☐ de R\$ 622,00 a R\$ 1.243,99
☐ de R\$ 1.244,00 a R\$ 1.865,99
☐ de R\$ 1.866,00 a R\$ 3.109,99
☐ de R\$ 3.110,00 ou mais.

8. Onde você mora?(Cidade e bairro)

9. Em que período do processo de escolarização você cursou a modalidade da EJA? Por quê?

10. Quais as motivações que incentivaram a volta aos estudos?

11. Qual o nível de instrução dos seus pais?

PAI

- () Não frequentou
- () Ensino Fundamental Incompleto
- () Ensino Fundamental Completo
- () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Educação Superior Incompleto
- () Educação Superior Completo

MÃE

- () Não frequentou
- () Ensino Fundamental Incompleto
- () Ensino Fundamental Completo
- () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Educação Superior Incompleto
- () Educação Superior Completo

12. Você recebeu incentivo de sua família para a continuidade dos estudos?

SIM () NÃO ()

13. Quais as motivações encontradas para o ingresso na Educação Superior?

14. Quais as dificuldades encontradas para a permanência no curso?

15. Você já participou ou participa de algum programa acadêmico na universidade (PIBIC, PIBID, PIVIC, PROLICEN, entre outros)?

16. Você é ou foi beneficiado (a) por algum programa de permanência disponibilizados pela UFPB?

- ☐ () Restaurante Universitário
- ☐ () Programa de Moradia Estudantil Universitária (PROMEU)
- ☐ () Atenção à Saúde
- ☐ () Auxílio Transporte
- ☐ () Auxílio Creche
- ☐ () Auxílio manutenção
- ☐ () Inclusão Digital através do computador pessoal
- ☐ () Apoio aos estudantes com deficiência
- ☐ () Apoio à participação em eventos
- ☐ () Mobilidade Estudantil Nacional e Internacional
- ☐ () Não conheço nenhum destes.

17. Quais os benefícios da Educação Superior para a sua vida?
